

FEDF apela e pede

José Quintas quer retorno para encerrar

volta de diretor demitido

a crise e evitar a prorrogação do período letivo

O diretor executivo da Fundação Educacional, José Quintas, fez um apelo, ontem, através da imprensa, para que os 15 diretores que pediram exoneração de seus cargos nas escolas pertencentes ao Complexo A, da Celândia, revejam suas posições e continuem à frente da direção. Segundo Quintas, os diretores devem lembrar-se do senso de educador a fim de não prejudicar o processo pedagógico, que envolve não só aprendizado do aluno mas também a prorrogação do semestre letivo, devido à paralisação das aulas nestes últimos dias.

Ele afirmou que tem esperança na solução da crise, com o retorno dos diretores. "Todos nós estamos aprendendo com o processo democrático e temos que nos unir para reconstruir a educação no DF. Por isso, faço um apelo público e aguardo a manifestação deles". Perguntado sobre o que fará, caso os diretores não voltem atrás, Quintas admitiu que terá que substituí-los o mais rápido possível, pois as escolas não podem ficar sem um administrador. Para ele, ainda é cedo para se pensar em novas eleições. "Estou otimista, quanto ao retorno dos diretores, mas, caso isso não aconteça, terei que indicar os substitutos e esperarei um clima mais compatível para as eleições".

A exoneração coletiva, pedida na última quarta-feira pelos diretores, e engrossada por mais nove encarregados pedagógicos, deveu-se à demissão do diretor do Complexo A, Erasto Fortes Mendonça, e do diretor da Escola Classe 5, José Geraldo Ferreira, que discordaram da execução do Projeto Irmãozinho, de distribuição de alimentos. Além disso, os diretores não reconhecem a autoridade

de da diretora interina indicada pela FEDF, para a administração do Complexo.

A diretora do Centro Educacional 2, Dorca Fróes, argumentou, no dia, que pediu sua exoneração por estar preocupada com a falsidade ideológica da Fundação. Para ela, a instituição não estava respeitando a diretoria traçada, de ter escolas participativas democráticas, mostrando-se intransigente com os "diretores verdadeiramente democratas". Ela concorda quando o diretor executivo da FEDF afirma que os alunos serão os principais prejudicados com a exoneração coletiva, mas responde que a arbitrariedade começou na própria Fundação.

Essa afirmação foi refutada ontem por Quintas, que disse não ter tido outra saída senão exonerar Erasto Mendonça. "Ele estava numa situação constrangedora e extremamente penosa. Tinha todo direito de discordar do programa, mas não podia deixar de cumprir as determinações. A exoneração foi uma decisão dele e, como não queria pedi-la, tive que fazê-lo", contou. Para Quintas, não existe incoerência de sua parte e querer a readmissão dos 15 diretores, e não voltar atrás no caso de Mendonça. "São duas situações distintas. No caso do Erasto foi desacato a ordens superiores e sua exoneração é irreversível".

LAÇOS

O secretário de Educação, Fábio Bruno, acha a exoneração coletiva um ato unilateral e um direito dos diretores, mas lamenta que os alunos sejam atingidos pela decisão. "Um diretor acaba criando laços emo-

cionais com os estudantes, que sofrem com a perda. Acho que os diretores deveriam resguardar a afetividade e permanecer onde estão para não atrapalhar ainda mais o semestre letivo". Bruno afirma que a distribuição dos alimentos continuará normalmente e poderá ser feita com a ajuda das associações de moradores e outras agremiações, além das administrações regionais das escolas.

— Tentaremos conversar novamente com os diretores, mas daremos continuidade ao Projeto Irmãozinho, que faz parte do Plano de Metas do Governo Sarney, em sua parte social — reafirmou Bruno. Segundo ele, não havia outro modo de se processar o cadastramento dos irmãos dos alunos. "Como é que o IBGE cadastraria crianças entre 4 e 6 anos que estão fora das escolas? Seria muito mais fácil proceder o cadastramento nas escolas. Agora, a distribuição pode, perfeitamente, ser feita pelas associações comunitárias, numa ação conjunta", consentiu o secretário.

Para ele, é necessário que se tenha um espírito crítico da realidade brasileira e de Brasília, e que se saiba separar o que é conjuntural do que é estrutural. "Os dois níveis existem e não foram inventados por nenhuma cabeça, mas pela vida. O ideal seria ninguém passar fome e que se processasse a reforma que o País tanto necessita. Mas, enquanto ainda há miséria, não podemos afastar os programas assistencialistas". Ele cita os números do Plano de Metas: 34 milhões 500 mil alunos e irmãos de alunos, além da suplementação alimentar de 15 milhões 900 mil gestantes, nutrízes e crianças.